



Relatório

Humpata, Dezembro de 2012

Índice

Índice.....	2
1.Introdução.....	3
1.1.Agenda e participantes.....	3
1.2.Abordagem metodológica.....	4
2.Discurso de abertura do evento.....	6
3.Painel I: Relação diálogo e desenvolvimento sustentável.....	7
3.1.Tema 1: O diálogo como factor de unidade nacional.....	7
3.1.1.Síntese das perguntas e respostas.....	23
3.2.Tema 2: Os actuais desafios da Sociedade civil em Angola.....	25
3.2.1.Síntese das principais perguntas e respostas.....	29
4.Painel II: Sociedade Civil & Políticas Públicas.....	32
4.1.Tema 3: O papel da Sociedade Civil no ciclo de políticas públicas	32
4.2.Tema 4: Lições das Eleições Gerais de 2012 e perspectivas para as possíveis eleições autárquicas.....	33
5.Painel III – Visão da Sociedade Civil sobre os ODM em Angola.....	34
5.1.Tema 5: Grupos desfavorecidos.....	34
5.1.1.Síntese das principais discussões, comentários e conclusões.....	39
5.2.Tema 6: Agenda de ODM em Angola pós 2015.....	41
6.Painel IV – Preparação da VII CNSC.....	46
6.1. Apresentação da proposta do regulamento sobre os órgãos de gestão do processo.....	46
6.2.Eleição e tomada de posse do Grupo de Coordenação da VII CNSC.....	47
7.Conclusões e recomendações.....	48
7.1.Conclusões.....	48
7.2.Recomendações.....	50
8.Anexos.....	52

1.Introdução

A VI Conferência Nacional da Sociedade Civil Angolana é o culminar de todo o processo de coordenação, articulação e dinamização das ações das Organizações da Sociedade Civil em Angola, sob égide do Grupo de Coordenação Nacional da VI CNSC mandatado pela V CNSC de 2011. O evento que marcou o momento mais alto deste processo ocorreu no município da Humpata, na província da Huíla, nos dias 12 e 13 de Dezembro de 2012.

1.1. Agenda e participantes

Com apenas dois dias de trabalho, comparativamente com as plenárias nacionais anteriores, a agenda da conferência foi resultado de um amplo processo de consulta, discussão e concertação quer ao nível das organizações da sociedade civil interessadas no processo, quer das distintas estruturas de coordenação e de apoio técnico e metodológico da CNSC. O processo de consulta, discussão e concertação da agenda foi feito de forma presencial em alguns fóruns e por via da internet, noutros, permitindo uma participação significativa no processo.

Participaram na conferência: membros das organizações da sociedade civil, distribuídos em duas categorias, sendo os delegados eleitos e pessoas convidadas pelas correspondentes conferências provinciais; Representantes das Instituições do Governo no nível da província e de alguns municípios; representantes (convidados) das Igrejas e individualidades singulares.

De acordo com a agenda, a conferência teve basicamente 3 momentos distintos, sendo: o momento dedicado aos aspectos introdutórios e de abertura – onde se destacou as intervenções do Coordenador do Grupo de

coordenação das organizações da sociedade civil, o assalto à plenária pelo grupo teatral e o Discurso de boas vindas da Administração Municipal da Humpata, que acolheu o evento; o segundo momento dedicado às preleções e discussão dos principais temas à conferência, como se apresenta a seguir e; o terceiro momento dedicado a preparação da VII Conferência Nacional da Sociedade Civil para 2013.

Os temas e conteúdos abordados pela conferência, obedeceram a seguinte estrutura:

PAINEL	TEMAS
I: <i>Relação diálogo e desenvolvimento sustentável.</i>	1. O diálogo como fator de unidade nacional. 2. Os atuais desafios da Sociedade Civil Angolana.
II: <i>Sociedade Civil & Políticas Públicas.</i>	3. O papel da Sociedade Civil no ciclo de políticas públicas. 4. Lições das Eleições Gerais de 2012 e perspectivas para as próximas eleições.
III: <i>Visão da Sociedade Civil sobre os ODM em Angola.</i>	5. A deficiência e a pobreza. 6. Agenda de ODM em Angola pós 2015.
IV: <i>Preparação da VII CNSC.</i>	7. Apresentação da proposta do regulamento sobre os órgãos de gestão do processo. 8. Eleição e tomada de posse do Grupo de Coordenação da VII CNSC.

1.2. Abordagem metodológica

Como é óbvio, em eventos desta natureza, a metodologia utilizada não fugiu a regra de outros eventos similares, baseada principalmente na exposição dos temas pelos preletores, seguidos de um resumo a ser realizado pelo moderador e em seguida o espaço de perguntas, contribuições e ou opiniões, quer relacionadas com o tema em si, quer com a exposição feita pelo preletor.

Os debates em plenária, constituíram-se em momentos mais altos de cada tema, para além de trazerem valiosos contributos aos temas abordados. Estes estavam principalmente configurados em perguntas diretas aos preletores, estendendo-se em alguns casos à plenária, em dúvidas, comentários e ou sugestões. É na base destes debates que foram produzidas as principais conclusões e recomendações da conferência.

2. Discurso de abertura do evento

Na indisponibilidade de Sua Excia. Sr. Governador da Província da Huíla, como havia sido previsto, a abertura do evento envolveu duas intervenções, sendo a do Coordenador do Grupo de Coordenação das OSC, o Sr. João Francisco, que na sua locução destacou, para além das palavras de boas vindas aos conferencistas, a dura caminhada que tiveram de percorrer, enfrentando dificuldades de vária ordem, dentre as quais as de ordem financeira, até a realização deste evento. A segunda intervenção foi proferida pelo representante da Administração Municipal da Humpata, o Sr. ..., na qualidade de anfitrião, tendo iniciado a sua locução com a caracterização social, económica e cultural do município, com destaque para as principais potencialidades hortofrutícolas e turísticas do município. Em segundo plano, manifestou a honra merecida pelo município em acolher um evento de tal dimensão. Apelou aos participantes uma maior abertura e diálogo na abordagem e discussão dos temas agendados, no sentido de contribuírem para uma sociedade mais dialogante, como havia referido Sua Excia. o Sr. Presidente da República no seu discurso de fim de ano dirigido à nação, quando se referia à necessidade de um diálogo franco e aberto com todos os extratos sociais da sociedade angolana, com vista a uma maior democratização do país e da consolidação da paz. Para finalizar a sua intervenção, aquele governante desejou uma boa estadia no município de sua jurisdição e fez votos de um trabalho bastante produtivo.

Depois das duas intervenções, a sala de Conferências foi assaltada pelo Grupo Teatral preparado para o efeito, tendo evidenciado, nas suas encenações, o diálogo como base do desenvolvimento sustentável, sendo este o lema da Conferência.

Terminada a sessão de abertura, foi observado uma pausa para o café, permitindo deste modo a preparação do primeiro Painel da conferência.

3. Painel I: Relação diálogo e desenvolvimento sustentável

3.1. Tema 1: O diálogo como factor de unidade nacional

Como efectivar o diálogo entre OSC e mecanismo de concertação?

Como efectivar o diálogo entre OSC e os órgãos do estado?

Como garantir o pleno funcionamento dos CACS no país?

“O mundo não está a ser capaz de resolver os problemas de gestão de ecossistemas, problemas demográficos, problemas de nutrição e saúde, problemas étnicos, tribais, religiosos e linguísticos, problema de educação para a vida, educação para o trabalho, educação para a paz, educação para a comunicação, educação para a cidadania comprometida com o passado histórico, empenhado num presente progressista e solidário, construindo um futuro cada vez mais inclusivo. Há quem diga mesmo que o mundo faliu na sua vocação ontológica de produzir felicidade para todos.”

Angelo Kapwacha

Angelo Kapwacha, Activista Cívico e Presidente do Fórum Regional para o Desenvolvimento Universitário, foi o preletor do tema em epígrafe, moderado por Carlos Cambuta – membro do Grupo de Apoio Técnico ao Grupo de Coordenação das OSC. Na sua natural e característica humorística de locução e apresentação, reteve o auditório durante toda a sua apresentação, cujo teor se apresenta na íntegra:

INTRODUÇÃO

Saúdo este diálogo entre as Organizações da Sociedade Civil, que anualmente se reúnem em sessões de reflexão de vários temas de interesse público. Agradeço o convite que me foi feito para reger o tema:

O DIÁLOGO COMO FACTOR DE UNIDADE NACIONAL. Não vamos apenas falar da unidade da Nação angolana, mas o diálogo como o sal para temperar as relações interpessoais, as relações interinstitucionais e as relações interestaduais se queremos saborear o entendimento, que é a condição para paz e concórdia para todo o género humano, aqui e agora neste município da Humpata, na Huila mas também amanhã no Huambo, Luanda, Benguela, Lundas, Cabinda, numa palavra em toda Angola urge escolher o diálogo como caminho para construir-se consensos, e talvez daqui há duas semanas ou dois anos ou um século ou se quiserem um milénio, escolheremos o dialogo como a primeira lei que deve governar o mundo, e assim abandonaremos definitivamente o governo do mundo pela solidão, pelo egoísmo, pela ganancia, pela prepotência, pela imposição de pontos de vistas de sujeitos que mais poder possuem, o dialogo nos permitirá a aceitar o pluralismo de ideias e jamais seremos tentados a homogeneizar o pensamento de forma monocórdica.

O DIÁLOGO COMO UM IMPERATIVO NUM MUNDO EM EFERVESCÊNCIA

Existe, indubitavelmente, uma mudança acelerada a partir do qual se observa a emergência de uma sociedade diferente das sociedades dos nossos antepassados.

Existe, sem dúvida, as assimetrias sociais e o agravamento da sua manutenção, afectando negativamente em escalas ascendentes, as vidas das populações em todo o mundo.

As relações de cada ser humano no mundo parecem cada vez mais transitórias e efémeras. Sobretudo no consumo onde impera o supérfluo.

Devido ao transporte rápido e os meios de comunicação de massa, estamos igualmente num mundo onde o lugar em que nos encontramos se torna igualmente efémero e transitório.

Numa palavra toda a humanidade tornou-se imigrante no tempo e no espaço e talvez diria que regressamos a um tipo de sociedade nómada mas de carácter moderno.

As organizações do mundo são caracterizadas, atualmente, pela hierarquização vertical sem possibilidade matricial do diálogo, as organizações hodiernas são excessivamente burocráticas, não aproveitam as possibilidades que o diálogo oferece para tomar decisões eficazes e eficientes, a vivência organizacional actual se baseia na escrita e não mais na oralidade. O normativismo deprimente tomou conta da relação de poder entre as pessoas, nos dias que correm.

“Verificamos que todas as pessoas no mundo são afetadas pelas assimetrias sociais: umas pela condição infra-humana em que são obrigadas a viver, as outras pela sua condição desumana. Os agregados sociais mais ricos são também fortemente afetados pelos problemas sociais dos mais pobres, uma vez que aquilo que ganham em recursos, perdem em estabilidade social e segurança pessoal.”

No contexto da família, o foco da família nuclear está a conhecer as alterações profundas através de desagregação de famílias e uma das causas fundamentais são mesmo a falta de diálogo horizontal. O surgimento sem precedente de famílias monoparentais resulta da falta de confiança que se nutre pela ausência de diálogo. Tudo isto está a provocar um choque cultural, económico, sociopolítico e antropológico sem igual no mundo em que vivemos, imperando maior urgência para se instaurar o diálogo para cada área temática. A transitoriedade, a diversidade e a novidade impele-nos para uma necessidade educativa básica: a de toda a população do planeta aprender a adaptar-se à mudança acelerada e controla-la a fim de não ficar dela prisioneira. Desde a história da humanidade, as guerras foram desencadeadas como exacerbamento de falta de diálogo, foi assim durante os impérios pré-cristãs, foi assim as guerras cristãs, foi a falta de diálogo que desencadeou a 1ª Grande Guerra Mundial e a 2ª Grande Guerra Mundial. Os Estados Unidos da América, impôs um embargo económico contra Cuba e realizou uma guerra atroz no Vietname, financiou guerras em Angola e em vários pontos do Mundo. o ponto mais alto foi a invasão do Iraque recentemente; a permanência de

suas tropas do Afeganistão e Paquistão, tudo isto veio a produzir a relação de terror entre as Nações, forçando, para a autodefesa, regressar-se ao estado da natureza no lugar do estado social: o homem pela falta de diálogo tende a se assemelhar aos animais racionais que recorrem à força para impor-se aos outros (estado da natureza). Urge o diálogo no mundo. Desde 1956 começou a passagem de sociedade industrial clássica para a sociedade de informação, tecnologia e comunicação, onde salientamos 6 macrotendências:

1-As macrotendências globais dinamizadas pela internet, telefonia celular e pelas redes transnacionais da televisão, que vieram a quebrar o diálogo entre as pessoas baseadas na voz humana e no calor de aperto de mãos e no apertadíssimo abraço da reconciliação.

2-A macrotendência económica em que a interligação dos mercados veio a desvalorizar a produção local específica, e imprimir uma nova cultura de consumo sem lugar identitário, baseado na publicidade, muitas vezes enganosa, sem diálogo de partilhar os espaços de venda e compra entre as grandes corporações multinacionais e os pequenos comerciantes de café e talvez de mel silvestre. As empresas transnacionais e os oligopólios se tornaram num buraco negro que devora os pequenos.

3-Macrotendência científica e tecnológica foi revolucionada pela manipulação genética, pela robótica, informática e pela alta tecnologia médica sobretudo as famosas clonagens, transplantes de órgãos, abortos provocados, eutanásias, disseminações artificiais. Tudo veio a quebrar o diálogo entre os sujeitos e seus órgãos naturais.

4-Macro tendência do sistema social em que exige-se com maior acutilância as descentralizações políticas e está a crescer de forma poderosa e inigualável o poder das mulheres no mundo pondo em perigo a hegemonia da masculinidade, estando mesmo a emergir lenta mas de forma implacável a crise do sexo forte. Os homens estão obrigados a dialogar com as mulheres em pé de igualdade se quiserem construir a harmonia e o progresso não só na esfera da família, do trabalho, da

convivência, da microsociologia, mas e sobretudo nas instituições políticas, nas leis, na economia, na cultura como um todo.

5-Macrotendência de natureza política em que existe uma crescente participação do cidadão na vida política, e a tendência para a crise do estado-nação e o fim do absolutismo das soberanias estaduais emergindo os poderes supraestaduais (NATO/OTAN, OUA, Nações Unidas, SADC, CEDEAO, etc) de cujas deliberações superintendem as Constituições estaduais; está a surgir o poder dos sem poder como por exemplo as opiniões dos ativistas cívicos têm produzido impacto no mundo tais como as lutas do Dalai Lama (Líder Tibetano), as lutas do Nelson Mandela, (líder Sul Africano) e tantos outros ativistas e líderes que estão a impor o diálogo no mundo como a opção fundamental de convivência. Está a emergir igualmente os poderes erráticas ou seja aqueles grupos organizados ou informais que não reconhecem autoridade dos Estados e procuram impor seus pontos de vistas por meio de acções de guerra subversivas ou guerras de terror sobretudo urbanos como os terroristas árabes, pondo em perigo a vida e ameaçando os alicerces da moral social. Os Estados por falta de diálogo horizontal com seus povos tendem a divinizar moral responsabilidade e prescindindo a moral de convicção personalista. O maquiavelismo está a ser a escolha a ferro e fogo em toda a relação humana pondo em perigo a solidariedade, a honestidade, a moralidade publica.

6-Macrotendência do estilo de vida em que existe, a cada vez mais forte, a tendência de se dissolver as referências quer através do caldo mundial da cultura e do consumismo exótico dinamizados pelas migrações em massa quer através do nevoeiro informacional trocadas através de mensagens via correio eletrónico, via Facebook e via SMS. Paradoxalmente estamos a verificar que há tendência igualmente notável de se buscar cada vez mais forte o divino nas vidas das pessoas.

Este quadro que viria então aumentar a solidariedade, diminuir o esforço humano para produzir bens e serviços, evidenciar a própria justiça distributiva, inclusão social, irmanados na partilha dos recursos que a

natureza oferece, ampliando, assim os canais de relações interpessoais, inter-geracionais e interinstitucionais, este mundo veio a definir, o egoísmo como valor; a definir a ganancia como opção; a definir as guerras e as fraudes como meios para conquistar e manter poder político e com este a monopolização da economia a favor de pequenos grupos, colocando à fome e à miséria milhares de pessoas que seriam beneficiários naturais dos bens.

Jamais o mundo conheceu o uso excessivo da internet, telefonia celular, Televisão, Rádio, estilo musical, os desportos e a literatura etc, como nos nossos dias. Pelo menos a indústria da moda e do lazer estão a desencadear energia emocional sem precedente. Pensávamos que com isto a nossa geração seria a mais rica de prazer e tranquilidade. Enganamo-nos! A angústia, a tristeza e os receios estão a aumentar em toda a humanidade. Este mundo se tornou mais solitário, mais egoísta, mais sectarista e discriminador, tornou-se ambicioso e egocentrista, e numa palavra se tornou ainda num lugar transitório para o homem enquanto peregrino, onde o único sinal que nos acena o metabolismo social do mundo é a insegurança e medo permanentes.

A população do mundo cresceu de forma gigantesca e com ela, as cidades planetárias têm conhecido uma superpovoação jamais vista, só a China e a Índia, ambos concentram mais de 3 bilhões de pessoas. Por vivermos tão próximos fisicamente pensávamos que o frio da solidão estaria estancado. Fisicamente estamos compactos mais infelizmente emocionalmente estamos cada vez mais distantes uns dos outros. A solidão está a crescer. Estamos isolados emocionalmente nos elevadores, nos autocarros, nos locais de trabalho, nas famílias, numa palavra, a solidão nos apoquento mesmo no meio da multidão.

O mundo não está a ser capaz de resolver os problemas de gestão de ecossistemas, problemas demográficos, problemas de nutrição e saúde, problemas étnicos, tribais, religiosos e linguísticos, problema de educação para a vida, educação para o trabalho, educação para a paz, educação para a comunicação, educação para a cidadania comprometida com o

passado histórico, empenhado num presente progressista e solidário, construindo um futuro cada vez mais inclusivo. Há quem diga mesmo que o mundo faliu na sua vocação ontológica de produzir felicidade para todos. Todos sentimos, e é certamente tangível que o diálogo está a morrer. As instituições não dialogam, as etnias não dialogam, os partidos não dialogam, as famílias não dialogam. Os pais compram antenas parabólicas para suas casas exatamente para se sentirem mais isolados de seus filhos que devem dialogar com máquinas virtuais e não mais ouvir histórias contadas de viva voz. Os filhos vivem com um tipo de pais estranhos em seus lares e conhecem intimidade com actores de filmes, novelas e musicas.

O mundo de hoje conheceu universidades, academias mais sofisticadas da história da humanidade, mais ficamos surpreendidos que os pensadores estão a desaparecer. Em todas as escolas desde básicas até às universidades repete-se as ideias dos outros e ninguém quer criar novo pensamento, dando benefício a imitação tornando o nosso mundo totalmente rotineiro, monótono e eterno-retorno.

O mundo de hoje está a produzir cada vez mais quantidade de bens e serviços na indústria alimentar, na indústria do transporte, nas transações financeiras, mais todos os dias nos convencemos que a qualidade de vida está a deteriorar-se dia após dia. No lugar do diálogo, o centro da atenção das pessoas se tornou o seu emprego, a sua casa, o seu carro, o seu dinheiro, a sua roupa, as suas viagens, quiçá os seus sonhos egoístas que na sua materialização impera a ganancia, a ambição, a injustiça. O lugar da vida se tornou um esquecimento. Talvez seria aqui, o lugar de dizer que sem diálogo, os ricos tornam-se miseráveis, os fortes tornam-se frágeis, os famosos vivem uma farsa.

O mundo criou hoje instituições intergovernamentais e internacionais que visam produzir a paz global. A solidariedade com os povos mais desfavorecidos do mundo é visível. O controlo do crime a nível internacional tem permitido a circulação de pessoas e bens em todo o mundo. A camaradagem diante de catástrofes naturais e o mutualismo

nos momentos de tensão têm evidenciado que a família humana está interessada em construir laços de irmandade reais e autênticos, mas esta é uma pura ilusão e impressão fantasmagórica porque todos os dias milhares de pessoas morrem de fome nas portas dos supermercados abarrotados de comida. As pessoas morrem todos os dias de simples doenças diante das farmácias superlotadas de medicamentos. As guerras são desenvolvidas como um mercado altamente lucrativo a custa de matar os outros, numa palavra, a felicidade de poucos poderosos depende da miséria de multidões inteiras que tem que morrer de todas as formas para a economia dos milionários viver. "O mundo criou desolação, e chamou-lhe paz global". Criou miséria e chamou-lhe solidariedade com o 3º mundo. O homem e a mulher de hoje definiram o sofrimento dos outros como a premissa para eles atingir a felicidade, ou seja: para eu viver bem o outro só tem que morrer. A perigosidade veio à superfície quando as leis que nos governam são concebidas para perseguir os irmãos. A nossa riqueza aumenta vertiginosamente para financiarmos o sofrimento de milhares. O meio ambiente torna a vida inóspita, o ar que respiramos e a água que bebemos bem como o solo que pisamos só são acessíveis para quem tem dinheiro para os comprar. Pregamos Deus pela TV, pelo Telefone, pela Radio mas um Deus apenas evocados para nos aumentar dinheiro, fama e poder em detrimento dos outros. Assim há necessidade imperiosa do diálogo.

PORQUE É QUE SE EXIGE O DIÁLOGO COM VOCE, COM ELE E COM OS OUTROS?

Cada ser humano aqui neste lugar é um mundo a ser explorado, cada pessoa aqui neste lugar é uma história a ser compreendida, cada pessoa é um solo a ser cultivado. O valor da pessoa humana não se perscruta apenas no meandro da fama e do dinheiro. O valor de um intelectual, de um político, de um artista de Hollywood, é tão relevante como o valor de

um pastor dos Gambos, um apicultor das Boas Águas ou um carvoeiro do Nambuangongo.

No diálogo conseguimos administrar o nosso eu social, analisando as situações, duvidar, criticar, fazer opções, exercer a livre-escolha, corrigir rotas, estabelecer metas, administrar as emoções, governar os pensamentos.

No diálogo construímos a vida, no diálogo definimos a justiça, o respeito mútuo. No diálogo partilhamos poder.

O DIALOGO COMO FACTOR DE UNIDADE E RECONCILIAÇÃO NACIONAL EM ANGOLA.

O que é de facto Angola? Qual é a identidade de sua população? Qual é a história de Angola e quais são as suas perspectivas de vida social? Angola é uma sociedade concreta, com os seus problemas do dia-a-dia, com os seus povos, usos, costumes, mores, vivências, valores, volições, expectativas de vida, transmitidas através de várias línguas, veiculadas especificamente em vários grupos étnicos. Nunca é demais fazer lembrar que: Angola é um país africano da parte Austral, possui uma população de quase 20 milhões de habitantes (2011), entranhada num mosaico etno – linguístico de 9 grupos de tronco, maioritariamente bantu, com pequenas ramificações e variantes; Com uma organização jurídica - política do modelo Romano - Germânico e ou Latino - Napoleónico, como herança dos modelos do sistema colonial Português e Francês. Falando 9 Línguas oficialmente reconhecidas como Línguas Nacionais, adjacentes a cada etnia, que coabitam com a língua Portuguesa, adoptada como Língua de escolarização e a Língua Oficial do Estado.

Com uma superfície de 1.246.700 Km², distribuído administrativamente em 18 províncias. Que correspondem a 164 Municípios e estes divididos em 557 comunas e estas em bairros e povoações.

Angola foi colónia de Portugal durante quinhentos anos (500 anos), sem diálogo. Os angolanos excluídos do diálogo inclusivo na economia, na

cultura, na política, automaticamente ficaram excluídos do trabalho de qualidade e bem remunerado que os conduziram à uma vida também de qualidade e longa, daí foram relegados a uma vida precária, paupérrima, súbdita, dependente e uma subordinação doentia na política. Os angolanos excluídos do diálogo inclusivo ficaram automaticamente excluídos da livre escolha dos modelos de política (ditaduras, ou monarquias ou democracias) para exercício pleno da sua cidadania, ficaram excluídos de escolher a forma de educar seus filhos; os angolanos excluídos do diálogo ficaram automaticamente excluídos da faculdade de decidir sobre seus destinos, até a mais elementar condição de viver lhes foi negada através da negação do diálogo e se lhes impuseram a lei coerciva como motor automático que lhes conduz tanto para liberdade como para opressão, e por falta do diálogo então a Colonização durou 500 anos. Para alcançar a Independência Angola travou uma Luta Armada contra Portugal durante 14 anos, cujo diálogo foi o ribombar dos canhangulos e canhões nas matas e nas cidades. Assim a partir de Fevereiro de 1961, o desprezo pelo diálogo entre os Movimentos Nacionalistas e o Colono, deu lugar a Guerra de luta armada, guerra de exclusão económica, guerra de desinformação, guerra contra a diversidade cultural local, guerra contra a liberdade, guerra contra os pobres, guerra contra a justiça e a Guerra subversiva cujas feridas por elas cavadas sangraram até ao dia 11 de Novembro de 1975, dia consagrado como o Grande Dia de instauração do verdadeiro diálogo entre os angolanos, olhando para a mesma direcção, dialogando com a natureza, dialogando com as Instituições plurais, dialogando entre as etnias, dialogando entre a nossa riqueza antropológica. Os 500 anos de colonização significaram 500 anos do uso de linguagem do chicote, da tortura, da exclusão social, da humilhação, da exploração, da brutalidade, da incomunicabilidade, da imoralidade, da alienação tácita e manifesta, uma cidadania mórbida etc. Foram 5 gerações a viver sob o jugo de uma tremenda falta de diálogo espiritual e social. Este período sombrio não terminou com a Independência, e sim ficou reciclado através de lutas tribais, étnicas, e principalmente a própria

guerra civil que terminou há pouco tempo atrás. Estas duas etapas marcam aquilo que é a mentalidade agressiva de muitos homens e muitas mulheres angolanos, cultura de violência, cultura de subserviência, de usurpação do património comum sobretudo por alguns dirigentes, obviamente desonestos. Através de práticas reiteradas, o angolano perdeu a fórmula de manutenção do diálogo horizontal e através das leis coercivas Angola opta pela imposição das decisões dos chefes, mesmo que erradas e contra o povo, aliás a lei pode obrigar até o cidadão comum cavar debaixo de seus pés, a sua própria sepultura. E sem diálogo isso é totalmente possível.

Alcançada a Independência Nacional, a 11 de Novembro de 1975, foi então criado o Soberano Estado angolano cuja fronteira territorial não coincide com a fronteira da Nação angolana, porque faltou o diálogo entre as etnias e o MPLA que proclamou a Independência instaurando em Angola o irredentismo político de "Um só Povo e Uma só Nação", esmagando inexoravelmente o pluralismo; a falta de diálogo em todas as latitudes deu lugar à uma guerra atroz que seguiu a Independência até 1991.

Na manhã em que um Morro em Berlim foi derrubado, Angola começou a incorporar no seu léxico político o conceito de democracia do estilo ocidental. O multipartidarismo vingou no país, com ele os movimentos e diferentes elites não – políticas, começam a surgir. Mas a falta de diálogo ofereceu novamente a guerra depois da efémera paz de 31 de Maio de 1991 até dia 30 de Setembro de 1992. A guerra civil pós-eleitoral engorda, assim a derrocada social, económica e quase um terramoto étnico estava a dividir o Estado (massacres em Luanda contra os Ovimbundos e os Bakongos). Porque Angola é multicultural, multiétnica, multilinguística. Angola é um país de diversidade. Viveu sob o jugo do colonialismo que incluiu a escravatura expressa e efectiva que instaurou o medo, a baixa estima, o isolamento e o desespero dos explorados, excluídos e muitas vezes os indesejados. Mas este clima obviamente não

terminou com a colonização: vivemos o mesmo ambiente de hostil ao diálogo.

Tal como o Diálogo não foi a prioridade do Colono, igualmente o diálogo não foi e não tem sido a opção do Governo Pós-Colonial, porque o diálogo é a fraternidade, a igualdade, a inclusão, a justiça social, justiça distributiva da riqueza nacional, o respeito pelo outro e pelas diferenças. O diálogo é a alternância de poder, o diálogo é a prestação de contas, o diálogo é o respeito pelas instituições republicanas, o diálogo é a inclusão das zonas rurais e do interior do País.

O novo Governo formado pelos angolanos depois do Colono, optou pela guerra civil para impor ao País seus pontos de vistas, adiando o diálogo em todas as suas dimensões. Houve conversações de paz (Acordo de Alvor, Gbadolite, Bicesse, Lusaka, Luena) mas esses Acordos foram para analisar e dividir os louros entre os beligerantes não para instaurar um verdadeiro País de diálogo.

As culturas angolanas enquanto exigência intrínseca à própria natureza do angolano, encontrariam no diálogo a salvaguarda das suas peculiaridades e da sua mútua compreensão e comunhão. O diálogo levaria a reconhecer as riquezas da diversidade e predispondo de ânimo para a recíproca aceitação, em ordem a uma autêntica colaboração, de acordo com a primordial vocação à unidade de toda a família angolana num único conceito de unidade nacional. Ficou claro acima que em 1991, embora com alguma impressão parecida ao diálogo, Angola conseguiu a paz para os seus filhos por via de fim de guerra. Permitiu então instaurar um verdadeiro pluralismo social. Surgiram organizações da sociedade civil como um diálogo autónomo diante da sociedade política. Surgiu os partidos políticos da oposição como um diálogo autónomo ante o partido que suportou o Governo. Surgiram instituições económicas para instaurar o diálogo de partilha dos bens económicos como o mais perfeito conceito de igualdade materializando assim a própria justiça distributiva. Mas o solo não estava suficientemente preparado para acontecer o verdadeiro dialogo entre os angolanos na sua diversidade cultural, económica, social

e os protagonistas da Independência entenderam usar os métodos coloniais que consistiam em adiar o dialogo e recorrer às armas e as leis quase marciais para impor novamente os pontos de vistas. Este ambiente foi assimilado por outras organizações incluindo as da Sociedade Civil: ao invés de dialogo preferem regulamentos escritos, ao invés de diálogos preferem as ordens emanadas verticalmente no fluido das hierarquias. O egoísmo, a ganancia, se sobrepuseram à solidariedade, a partilha, a igualdade, a justiça. A corrupção veio a exacerbar as assimetrias, o regionalismo. E a pessoa angolana voltou ao seu estado de vulnerabilidade diante das Instituições do Estado.

O DIÁLOGO DA, COM E PARA A JUVENTUDE ANGOLANA

Em 2011, um grupo de jovens universitários, electrificados pelos acontecimentos da Africa do Magrebe (a famosa Primavera Árabe) contestaram a legitimidade do Presidente da Republica de Angola, denunciaram os abusos de poder. Denunciaram a falta de probidade pública, denunciaram a promoção visível da pobreza abjecta, repudiaram o enriquecimento ilícito e o total desprezo por parte do Governo do diálogo com o povo sobretudo com a juventude. Os jovens repudiaram as demolições de casas. Os jovens repudiaram as execuções extrajudiciais perpetradas pela Polícia. Os jovens repudiaram o saque ao dinheiro depositado no Banco Nacional Angolano que são nossas contribuições e a riqueza produzida para todos. Os jovens repudiaram a deteriorada relação entre os governantes e os governados e os jovens repudiaram as fraudes eleitorais, a perpetuidade no poder por um único grupo oligárquico em Angola e afinal os jovens repudiaram o poder gerontocrático.

A RESPOSTA DO ESTADO ANGOLANO AO APELO E INQUIETAÇÃO DA JUVENTUDE

O Presidente da República de Angola, face aos apelos da juventude às virtudes cívicas e democráticas, respondeu desencadeando vários cenários dentre uma guerra subversiva da média pública contra a juventude revolucionária, tal como o fazia e bem o Colono, mobilizou as forças da Ordem Pública para desencadear uma violência requintada contra a juventude e no fim um grupo de juízes foi mobilizado para condenar os jovens por exigirem diálogo: 45 dias na cadeia sangrando no corpo e na alma por que o diálogo não foi aceite pelo Estado-Governativo.

Os protestes não pararam e a imagem do Presidente continuou a ser atormentada e foi aí que O Presidente da Republica de Angola mudou de método, e mobilizou a juventude do seu partido (JMLA) para desencadear então um programa teoricamente nobre "DIALOGO JUVENIL". Aí incumbiu à JMPLA para instaurar o diálogo com a juventude sem respeitar as juventudes dos outros partidos e dos apartidários, mais uma vez a farsa do "Diálogo Juvenil não foi senão "água abaixo". A mesma tentativa fracassada foi feita pelo Ministério da Juventude e Desporto através do seu programa teórico: " ANGOLA-JOVEM" para aplacar a ira e cólera da **Juventude Livre** que dentre os projectos incluía o "crédito jovem, pavilhões de artes e ofícios, distribuição de rolouttes para comercializar os "fastfood". Os beneficiários foram apenas os membros da JMPLA para animar as maratonas e vivificar a "*libido dominandi*" na economia e na felicidade. Os protestos revolucionários continuaram e aí sua Excelência o Presidente da República entendeu instaurar outro tipo de diálogo: mobilizando clandestinamente as milícias para torturar os indefesos jovens revolucionários 1 a 1: Carbono Casimiro, Lwaty Beirão, Rabi Freitas, Banza Hamza, Pandita Nerú, Adolfo, Luamba... até ao momento o Diálogo não é a opção do Governo como não fora a opção do Colono.

Infelizmente, sentimos na substancia que o dialogo entre as instituições do Estado e a juventude que atingira a cidadania e que busca a liberdade como dom de Deus, não existe em Angola como não existe o dialogo entre as instituições governamentais e as instituições não-governamentais. Não existe o dialogo entre as zonas rurais e as zonas urbanas. não existe

diálogo entre adultos e crianças e não existe diálogo entre homens e mulher de forma franca e respeitosa senão o recíproco aproveitamento egoístico. O que existe de facto, é a imposição do ponto de vista do Governo coercivamente quer por meio da Lei quer por meio da Polícia repressiva, quer por meio dos “caenches” que por meio de juizes e procuradores subversivos. Ainda existe a falta de diálogo na economia através da pobreza e vulnerabilidade do povo como incentivo à obediência cega e a subserviência. Muitas vezes o Estado compreende que tirando partido do diálogo com o povo, tal como o fazia o Colono, prefere falar do povo, falar da juventude, falar da sociedade civil e nunca falar com elas. Falar deles e nunca fala com eles. O Estado tenta criar a doença sozinho e inocula-la na sociedade e depois tenta inventar a cura. Tenta criar problemas e soluções fechados egoisticamente nas leis orgânicas e nos decretos sem diálogo.

E por esta via, a pobreza se alarga arruinando o conceito de paz social, porque a Pobreza é a violação de todos os direitos humanos. Faltando o diálogo não existe o princípio de igualdade e equidade gerando uma profunda crise de justiça social que consistiria em dar saúde aos enfermos, comida aos famintos, liberdade aos prisioneiros quer de consciência quer de corpos, justiça consistiria em dar a cada um o que ele precisa. A falta de diálogo leva a promoção das aparências e da mentira. E a mentira alimenta conflito e serve os interesses de injustiça e talvez prepara os futuros conflitos ao passo que a verdade fortifica os meios da paz social e a confiança nas instituições.

A falta do diálogo remove do nosso quotidiano a liberdade que é a mãe da paz. Só por meio de diálogo se pode promover Homens e Mulheres livres numa sociedade de liberdade.

O primeiro e mais autêntico mecanismo de Diálogo, supõe a conversão de corações, adotando melhores atitudes, transparência, democracia progressista, respeito, equidade, justiça social, igualdade, inclusão social. O Diálogo em Angola é difícil entre as pessoas, o diálogo é difícil entre as instituições e grupos. O diálogo é difícil entre pobres e ricos. O diálogo

está a ser difícil entre habitantes da cidade e os habitantes das zonas rurais. O diálogo está a ser difícil entre os governantes e os governados e tem reinado o ambiente de imposição de pressupostos.

Alguns requisitos para instaurar o verdadeiro diálogo, consistem em aceitar o verdadeiro Estado de Direito em Angola que consiste em o Governo reconhecer, garantir, proteger e satisfazer os direitos dos cidadãos de um lado e do outro lado, tanto os órgãos que elaboram as leis (Poder legislativo) os órgãos que zelam pela correcta aplicação das leis (Poder Judicial) quer os órgãos que implementam na prática as políticas públicas (Poder Executivo) assim como os cidadãos que devem orientar sua conduta à base da lei ninguém, absolutamente ninguém deve considerar-se acima do Direito. Também o diálogo é o alicerce primordial para se ceitar o pluralismo social como riqueza e uma sopa nutritiva para a sã convivência num mosaico etno-linguístico como Angola. Aceitar o diálogo pressupõe a partilha do poder público e das riquezas do país.

O angolano quer dialogar e solucionar o problema da corrupção, quer dialogar e resolver a questão de pobreza abjecta que ameaça a paz social, e o Estado quer lhe ensinar a cantar o Hino da República. No lugar de conhecer as etnias, as línguas, as culturas, as riquezas, as potencialidades de Angola, o Estado informa o significado das cores da bandeira e pelo menos a roda dentada e a catana bem como a estrelinha amarela, assim adiamos o diálogo e criamos impressões e falsas aparências. Não desistiremos enquanto não amanhecer para o diálogo mais inclusivo na economia, o diálogo mais justo na aplicação das leis, o diálogo mais inclusivo nas etnias, línguas e regiões, diálogo sem preconceito diante de ideias do pluralismo de pensamento e dialogaremos até a alternância de poder político hoje ou mais tarde mas esse dia virá.

Apesar da longa noite, amanhecerá para um diálogo autêntico.

Angelo Kapwacha

3.1.1. Síntese das perguntas e respostas

Depois da exposição do preletor, passou-se a uma breve síntese dos principais assuntos abordados, realizada pelo moderador, ao que se seguiu as inscrições para as perguntas, contribuições e ou sugestões.

A seguir apresenta-se a síntese destas perguntas e respostas, sem incorrer em repetições ou similitudes destas perguntas:

A paz vivida hoje é fruto do diálogo entre os partidos políticos envolvidos no conflito armado. Como considera não ter havido diálogo?

Houve conversações de paz, embora com alguma impressão parecida ao diálogo em todos eles (Acordo de Alvor, Gbadolite, Bicesse, Lusaka, Luena) mas esses acordos foram para analisar e dividir os louros entre os beligerantes não para instaurar um verdadeiro País de diálogo. Angola conseguiu a paz para os seus filhos por via de fim de guerra. Porém, o solo não estava suficientemente preparado para acontecer o verdadeiro dialogo entre os angolanos na sua diversidade cultural, económica e social. O diálogo não foi e não tem sido a opção do Governo Pós-Colonial, porque o diálogo é a fraternidade, a igualdade, a inclusão, a justiça social, justiça distributiva da riqueza nacional, o respeito pelo outro e pelas diferenças. O diálogo é a alternância de poder, o diálogo é a prestação de contas, o diálogo é o respeito pelas instituições republicanas, o diálogo é a inclusão das zonas rurais e do interior do País. Por tudo quanto observamos e sentimos, não há e nunca houve diálogo.

O Governo instituiu os CACS´s como mecanismo de permitir o diálogo entre os governantes e os governados. Mesmo assim não há diálogo?

Não passa, como bem dissemos, de uma farsa ao diálogo. Não é preciso fazer muito esforço para compreender isso. Basta olharmos para a maneira como são concebidas as agendas destes CACS's, como são seleccionadas as pessoas que têm de fazer parte, como os diferentes actores são representados, enfim, como as pessoas são permitidas a emitir suas opiniões, mesmo contraditórias. Salvo excepções, todos nós temos experiências sobre estes factos. Isto não é diálogo.

É extremamente preocupante a situação dos jovens revolucionários, se considerarmos os pressupostos da lei que consagra o direito a manifestação pacífica. Que mecanismos se devem adoptar para que se faça cumprir a lei? Ou, para haver um verdadeiro diálogo?

Alguns requisitos para instaurar o verdadeiro diálogo, consistem em aceitar o verdadeiro Estado de Direito em Angola que consiste em o Governo reconhecer, garantir, proteger e satisfazer os direitos dos cidadãos de um lado e do outro lado, tanto os órgãos que elaboram as leis (Poder legislativo) os órgãos que zelam pela correcta aplicação das leis (Poder Judicial) quer os órgãos que implementam na prática as políticas públicas (Poder Executivo) assim como os cidadãos que devem orientar sua conduta à base da lei. Ninguém, absolutamente ninguém deve considerar-se acima do Direito.

Outras contribuições avançadas:

O diálogo começa em nós. É como se costuma dizer numa publicidade da TV: "Se eu não mudo, Angola não muda". Portanto, tudo tem que partir de nós próprios, das nossas casas, das nossas famílias, enfim, só depois poder-se-á transformar país e a sociedade verdadeiros espaços de diálogo.

3.2. Tema 2: Os actuais desafios da Sociedade civil em Angola

O segundo tema do primeiro painel, foi dissertado pelo Sr. Guilherme Santos – Presidente do Conselho Directivo da ADRA – Angolana. A sua apresentação esteve principalmente voltada para a caracterização das organizações da sociedade civil, das dimensões e factores de sustentabilidade das OSC e no fim as respostas à questões chaves apresentadas em relação ao tema.

Eis a seguir a referida apresentação:

Perguntas chave:

- Como assegurar a sustentabilidade das OSC Angolana hoje?
- É o estatuto de utilidade pública uma das vias para assegurar a sustentabilidade?
- Como demonstrar ao Executivo Angolano a importância da concessão desse estatuto?

Esquema de apresentação:

- Definição estruturante e outras características de **Sociedade Civil**;
- A questão conceptual da sustentabilidade;
- As dimensões da sustentabilidade;
- Respostas às perguntas chave;

SOCIEDADE CIVIL - Definição "estrutural/operacional:

- a) **Formalmente constituídas** - têm alguma forma de institucionalização, legal ou não, com um nível de formalização de regras e procedimentos, para assegurar a sua permanência por um período mínimo de tempo;
- b) **Estrutura básica não governamental** - não são ligadas institucionalmente a governos;

- c) **Gestão própria** - realiza a sua própria gestão, não sendo controladas externamente;
- d) **Sem fins lucrativos** - a geração de lucros ou excedentes financeiros deve ser reinvestida integralmente na organização, isto é, estas entidades não podem distribuir dividendos de lucros aos seus dirigentes;
- e) **Trabalho voluntário** - possui ou não algum grau de mão-de-obra voluntária, ou seja, não remunerada.

(Salamon & Anheier 1992)

Outras características:

- Organizações que **contribuem** com o seu trabalho em áreas que representam **responsabilidade do estado**;
- Organizações **formalizadas** como as **não formalizadas**;
- Organizações com **gestão não estruturada** e semi-profissionalizada;
- Organizações de diferentes tamanhos e âmbitos;
- Em termos de classificação, as organizações da sociedade ou terceiro sector podem distinguir-se em dois grupos principais:
 - I. Organizações de distribuição de bens e prestação de serviços;
 - II. Organizações de acção ao nível sócio político.
- Esta última pode subdividir-se:
 - Organizações reivindicadoras;
 - Reguladoras
 - Difusoras
- Segundo outro autor a sociedade civil pode assumir diferentes denominações de um país para outro, por exemplo:
 - Sector Independente;
 - Sector Voluntário
 - Sector de Caridade;
 - Economia Social
 - Filantropia
 - Organizações Não Governamentais
 - Actores Não Estatais;

- Actores Sociais;
- Parceiros Sociais
- Sociedade Civil. Esta última designação vem, também, sendo usada em Angola.

(Tenório, 1999, citado por Simione, 2010)

Sustentabilidade:

- Auto sustentação, Durabilidade, Continuidade, Institucionalidade;
- Nos projectos de desenvolvimento:
 - Questiona se depois do projecto, continuarão as estruturas criadas
 - Existência da capacidade do grupo alvo em influenciar a definição das políticas, se estas favorecem a resolução das suas necessidades;
 - Se há uma estratégia de retirada do projecto; as mudanças positivas permanentes;
 - Se o grupo alvo contribuiu e participou significativamente para o alcance das actividades;
 - As melhorias introduzidas serão mantidas pelo grupo-alvo, sem ajuda externa;
 - Os beneficiários contribuíram para resolver os problemas deles de forma significativa.

Dimensões da sustentabilidade:

- Sustentabilidade educacional
- Sustentabilidade ambiental
- Sustentabilidade social
- Sustentabilidade ética
- Sustentabilidade legal
- Sustentabilidade geracional
- Sustentabilidade financeira e económica

<p>Sustentabilidade Educacional Princípios: – Diálogo</p>	<p>Sustentabilidade ambiental Princípios – Respeito a diversidade</p>
---	---

<ul style="list-style-type: none"> - Continuidade - Cooperação <p>Valores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aprendizagem organizacional, colegial, individual - Continuidade <p>Acções:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criar programas de educação continuada - Criar incentivos 	<ul style="list-style-type: none"> - Renovação - Preservação <p>Valores</p> <ul style="list-style-type: none"> - Respeito pela natureza - Combater o desperdício - Amor <p>Acções</p> <ul style="list-style-type: none"> - Uso racional de recursos - Campanhas de preservação
<p>Sustentabilidade legal</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os estatutos das organizações e a prática; - O primado da lei enquanto um princípio; - O cumprimento da lei - responsabilidades tributárias, laborais e outras 	<p>Sustentabilidade Geracional</p> <ul style="list-style-type: none"> - Novas gerações etárias; - Diversidade - cultural, condição física
<p>Sustentabilidade Financeira e Económica</p>	
<p>Capacidade de mobilizar recursos (conhecimentos, dinheiro, bens materiais...)</p> <p>Capacidade de gerar recursos financeiros;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cotas, trabalho voluntário, joias; - Actividades p angariar fundos - almoços, festas. - Campanhas de recolha de fundos; - Doações do governo, empresas, multinacionais, ricos; - Projecto de geração de rendimentos - Investimentos, por exemplo, capital investido nos bancos; - Fundos institucionais do governo, da CE, das fundões, das OGNs 	<p>Capacidade de gerir e administrar os recursos</p> <p>Capacidade de prestar contas dos recursos financeiros</p> <p>Arrecadar recursos de uma forma ética</p> <p>Activos económicos</p> <p>Activos financeiros</p>

Retorno as perguntas chave do tema:

Como assegurar a sustentabilidade das OSC Angolana hoje?

- Desenvolvimento organizacional – lidar com mudanças;
- Questões éticas e legais;
- Questão da autoridade moral;

- Recursos – dinheiro, conhecimento, bens.....

É o estatuto de utilidade pública uma das vias para assegurar a sustentabilidade?

- É uma das vias, mas não é a única;
- A nova legislação e a sua interpretação da legislação;

Como demonstrar ao Executivo Angolano a importância da concessão desse estatuto?

- Advogar sobre a questão geral;
- Argumento legalista e o poder do argumento;
- Mostrar quão contribui à economia, ao emprego, ao sustento das famílias, ao conhecimento, à imagem do país;
- Criar uma consciência pública sobre o assunto que começa a ser uma **vergonha nacional**;

Por: Guilherme Santos

Tal como na apresentação anterior, depois da apresentação do tema pelo prelector, seguiu-se um breve resumo sobre os aspectos mais importantes levantados durante a apresentação, cujo resumo serviu de antecâmara para as questões e ou contribuições dos conferencistas.

3.2.1. Síntese das principais perguntas e respostas

Nos últimos tempos verifica-se que muitas organizações estão a desaparecer ou pelo menos inoperantes, principalmente por razões de dificuldades de obter recursos para o seu funcionamento. Como garantir a sustentabilidade dessas organizações sem recursos?

Reconhece-se que há muitas dificuldades das Organizações acederem a financiamentos, principalmente por causa das mudanças constantes nos mecanismos de acesso. Também há uma concorrência desleal entre as nossas organizações e as do norte. Todavia, na maior parte dos casos as

nossas organizações são pouco transparentes, não prestam contas, utilizam incorrectamente os fundos, etc. Esta falta de ética, princípios e valores, põe em risco a confiança e a credibilidade das organizações. Outras ainda fazem pior do que aquilo que criticam ao governo. Este tipo de organizações não tem nenhuma hipótese de sobreviver. Vão ter que desaparecer. Salvaguardar a confiança e a credibilidade é um aspecto importante para as organizações serem sustentáveis. Há outros aspectos de sustentabilidade que abordamos aqui que também são chaves para a sustentabilidade das organizações da SC.

Falou da ética, dos valores e princípios, como pressupostos importantes para a sustentabilidade. Será que as "ditas" organizações da sociedade civil que já obtiveram o estatuto de utilidade pública cumprem com esses pressupostos?

Se cumprem ou não com esses pressupostos, isto eu não sei. Todavia, acho que temos um défice em relação aos critérios que são ou devem ser usados para ser reconhecido como instituição de utilidade pública. Esses critérios, é que não são transparentes nem conhecidos por todos os actores. Agora, é preciso advogar para a transparência de todo o processo.

Mas também é preciso ter em conta que A obtenção do estatuto de entidade de utilidade pública por parte das organizações da sociedade civil tanto pode ter implicações positivas, como também negativas;

Quais são os riscos de as OSC desaparecerem?

Para mim não há risco nenhum. Qual é o problema das actuais organizações desaparecerem? Podem desaparecer mas vão surgir outras, de acordo com as novas dinâmicas e desafios da sociedade.

Houve também algumas opiniões e contribuições ao debate, que se resumem em dois aspectos:

Não há união entre as organizações da SC e cada uma procura actuar sozinha. Isto tem estado na base do enfraquecimento paulatino das organizações.

Muitas organizações se escondem quando chega o momento de mostrar a cara ou defender uma causa justa que afecta muita gente ou mesmo as próprias organizações. Por exemplo, são poucas organizações que se posicionam ou emitem sua opinião quando há uma flagrante violação dos direitos humanos de pessoas, como é o caso das demolições.

No seio da própria sociedade civil também falta diálogo. Há pouca articulação e coordenação e isto torna a SC cada vez mais frágil e vulnerável.

Depois dos debates a volta deste tema, deu-se por terminado o primeiro painel.

4. Painel II: Sociedade Civil & Políticas Públicas

4.1. Tema 3: O papel da Sociedade Civil no ciclo de políticas públicas

Como influenciar o Executivo à realizar/consubstanciar/alcançar as políticas públicas?

Este tema foi apresentado pelo Sr. Luciano Paulo -, que na sua locução primou por tecer apenas algumas considerações sobre políticas públicas, entranhando-se naquilo que são os conceitos e a envolvente de políticas públicas, como transcrevemos a seguir.

Considerações sobre Políticas Públicas:

Existe no país uma série de experiências desenvolvidas por ONGs e organizações de base que podem servir de referência a elaboração de propostas e alternativas de políticas públicas.

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.

A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.

A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.

A política pública é uma acção intencional, com objectivos a serem alcançados.

A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.

A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação

Também é política pública, o governo não responder (ou fazer nada) dentro de uma situação específica, a exemplo o que esta ocorrer em Portugal. *(o governo pretende agravar os impostos e cortes de certos serviços sociais sob fortes protestos)*

Depois desta sucinta apresentação, passou-se de imediato para as discussões em plenária. Não obstante, este tema não levantou grandes questionamentos. Houve apenas algumas contribuições, tendo se concluído única e simplesmente o seguinte:

Existe fraca consulta aos beneficiários das políticas públicas e programas públicos durante os actos de concepção dos mesmos; Esta fraca consulta, muitas vezes premeditada, para além de reflectir a falta de diálogo entre os beneficiários (governados) e o governo (governantes), tem estado na base de insucessos de muitas destas políticas e ou programas.

4.2.Tema 4: Lições das Eleições Gerais de 2012 e perspectivas para as possíveis eleições autárquicas

Qual deve ser o papel o papel da sociedade civil com o processo autárquico;

Desafios e oportunidades das OSC no processo autárquico

(Não dispomos desta apresentação, nem das principais conclusões a que se chegou. Alguém pode ajudar?)

5. Painel III – Visão da Sociedade Civil sobre os ODM em Angola

5.1. Tema 5: Grupos desfavorecidos

Este tema foi desertado pelo Sr. Luciano Mendes Tchali – Representante das Redes de Associações de Pessoas com Deficiência das Províncias de Benguela, Huambo, Huíla e Namibe. Na sua apresentação, bastante comovente, destacou a necessidade de encarar a questão da deficiência como uma questão de Direitos Humanos e não uma questão assistencialista, como a sociedade pretende fazer crer. Assim, se apresenta a seguir de forma integral essa abordagem:

Exmos. Representantes das Organizações da Sociedade Civil;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Antes de mais, permitam-me que em nome das Redes das Associações de Pessoas com Deficiência das Províncias de Benguela, Huambo, Huíla e Namibe, manifeste o nosso agradecimento pela inclusão de um Tema relacionado com a Deficiência no Programa deste tão importante evento nomeadamente a Conferência Nacional da Sociedade Civil.

Falar sobre a situação das pessoas com deficiência numa altura em que acabamos de comemorar o 64.º (sexagésimo quarto) aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adoptada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948, obriga-nos a fazer uma abordagem sobre a Deficiência em Angola no âmbito dos Direitos Humanos e não no quadro de uma visão assistencialista que identifica a pessoa com deficiência como um ser que, desprovido de capacidade e vontade própria, carece da

caridade institucional para a sua sobrevivência ou para a sua afirmação pessoal.

Como sabemos, o nosso país viveu um longo período de guerra devastadora e como consequência as acções do Governo eram muitas vezes marcadas por Programas de Emergência de modo a resolver de imediato os problemas que a guerra impunha. Tais problemas resumiam-se normalmente no reassentamento de populações, na entrega de tendas, vestuário, alimentação, medicamentos, etc. Foi um período longo de assistência em que também se sentia a acção solidária de muitas organizações não-governamentais neste enorme esforço de assistência às vítimas da guerra entre as quais as pessoas com deficiência.

Em nosso entender, aquele período caracterizado essencialmente por uma intervenção assistencialista do Estado e da Sociedade Civil, pelas razões objectivas já referidas, contribuiu por outro lado para a generalização da ideia de que as questões da deficiência devem ser tratadas no mesmo âmbito assistencialista. Se por um lado algumas instituições tratam das necessidades do cidadão com deficiência com actos que reflectem uma natureza filantrópica e normalmente com a cobertura da comunicação social, por outro, também é verdade que muitas pessoas com deficiência acreditam que o Estado é que deve satisfazer todas as suas necessidades, limitando-se a viverem de mão estendida!

Passados dez anos desde o fim da guerra e vivendo o nosso País uma dinâmica de crescimento económico, caracterizado sobretudo pela construção de estradas, pontes, edifícios, escolas, hospitais etc., nós as Associações de Pessoas com Deficiência integrantes das Redes de Benguela, Huambo, Huíla e Namibe, nomeadamente a ANDA – Associação Nacional dos Deficientes de Angola, a AMMIGA- Associação dos Ex-Militares Mutilados de Guerra de Angola, a LARDEF – Liga de Apoio à Integração dos Deficientes, a ACAIDA- Associação Comunitária de Apoio à Integração dos Deficientes Auditivos, a APDV-Associação Provincial dos Deficientes Visuais, AAIMCD-Associação de Apoio à Integração da Mulher com Deficiência, a ACPJS- Associação Cultural Paz e Justiça Social, a

ASADEF- Associação de Solidariedade e Apoio ao Deficiente, a ARSCAA- Associação Regional Sul dos Cegos e Amblíopes de Angola, a LAD-Liga de Apoio ao Deficiente, a ELAVOKO, a AMVIGA-Associação dos Mutilados Vítimas de Guerra, a ADAH- Associação dos Deficientes Auditivos da Huíla, como dizíamos, nós as Associações de Pessoas com Deficiência, entendemos que esse crescimento deve evoluir para um desenvolvimento inclusivo.

É necessário que todas as políticas incluam as questões da deficiência e que o Orçamento Geral do Estado reflecta essa realidade. Todos os programas e projectos que visem atingir os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) devem incluir as necessidades dos cidadãos com deficiência. Os chamados meios de compensação ou ajudas técnicas (cadeiras de rodas, canadianas, muletas, bengalas, próteses, etc.,) como instrumentos indispensáveis à luta pela vida dos cidadãos com deficiência, continuam a ser adquiridos com muitas dificuldades e quando são distribuídos pelas instituições fazem-no sempre em poucas quantidades e quase sempre em actos de natureza filantrópica normalmente com a cobertura da comunicação social. Pensamos que a aquisição desses meios deve ser garantida pelo Estado no âmbito de um programa que vise a inclusão social do cidadão com deficiência, como um direito e não sob uma visão assistencialista.

A questão da acessibilidade também não deve depender apenas da sensibilidade ou da boa vontade das instituições públicas e do empresariado que às vezes constroem umas rampas sem serventia devido à sua inclinação e revestimento inadequados. Com uma intervenção do Estado tanto as rampas quanto a largura das portas, dimensão do WC etc., dos edifícios públicos, passariam obrigatoriamente a ser construídas com a observância das respectivas normas técnicas. Por outro lado, a acessibilidade não se limita apenas às barreiras arquitectónicas. A Acessibilidade é um conceito mais lato. Ao nível dos transportes o cidadão com deficiência também continua a encontrar barreiras. É necessária a

existência de transportes públicos acessíveis, adaptados ao transporte dos cidadãos com deficiência. Sem um ambiente que facilite a mobilidade dos cidadãos com deficiência, estas pessoas ficam marginalizadas, incapazes de participar da vida social, cultural, política e económica. Numa palavra, ficam invisíveis, fechadas sobre si mesmas! A Informação também ainda não é acessível a todas as pessoas com deficiência. A questão da introdução da Língua Gestual nos serviços televisivos deve merecer o tratamento adequado de forma a permitir o acesso dos deficientes auditivos à informação.

A intervenção do Estado não deve resumir-se apenas à produção jurídica, isto é, a aprovação e publicação de Leis. É necessário que haja a determinação em fazê-las cumprir. Existem várias Leis ou Decretos Executivos cuja execução nunca teve início. Estamos a referir-nos à Lei 21/82 de 22 de Abril de 1982 que "Orienta a quota de 2% de Vagas a serem reservadas para as Pessoas com Deficiência" e à Lei 6/98 de 07 de Agosto de 1998 que "Estabelece a atribuição de um subsídio à Pessoa com Deficiência", entre outras. A justificação da não execução de tais Diplomas refere-se à falta de Regulamentação ou de Verbas.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Os longos anos de luta na defesa dos direitos dos cidadãos com deficiência constituem um percurso de sacrifício mas também um manancial de lições e experiências como Dirigentes Associativos. E uma das lições muito importantes que retivemos é que se os orçamentos ministeriais não contemplarem verbas destinadas às acções ligadas à satisfação das necessidades das pessoas com deficiência, haverá sempre uma discrepância entre o discurso oficial e a prática. É nosso entendimento que todas as políticas, programas e projectos devem ser inclusivos mas se os orçamentos não reflectirem os custos inerentes às acções de promoção sócio económica dos cidadãos com deficiência, ficarão reduzidas as hipóteses de sucesso dessas políticas.

Apesar de estarmos muito longe do quadro desejável em relação à situação das pessoas com deficiência, o nosso sentido de justiça obrigamos a reconhecer que os últimos dois anos foram férteis em matéria de produção legislativa sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Referimo-nos à assinatura de dois Decretos Presidenciais nomeadamente o N.º 237/11 de 30 de Agosto de 2011 e o N.º 238/11 também de 30 de Agosto de 2011 que aprovam a Política Nacional sobre a Deficiência e a Estratégia de Protecção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, respectivamente. Do primeiro resultou a criação do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência que além dos Ministérios inclui representantes de três Organizações de Pessoas com Deficiência de dimensão nacional, nomeadamente a ANDA, a AMMIGA e a LARDEF. Este Conselho é presidido pelo Ministro da Assistência e Reinserção Social que depende directamente do Chefe do Executivo.

Mas é preciso também dizer que é importante a participação das Pessoas com Deficiência na elaboração das Políticas, através das suas Organizações representativas. Isto, para recordar que os dois Diplomas apresentados para a aprovação Presidencial nomeadamente a Política Nacional e a Estratégia de Protecção à Pessoa com Deficiência foram elaborados sob a responsabilidade do MINARS-Ministério da Assistência e Reinserção Social e sem a participação das Organizações de Pessoas com Deficiência. A inclusão de Associações de Pessoas com Deficiência no Conselho que se estenderá às Províncias e Municípios, salvaguarda a natureza participativa de todo o trabalho a favor das Pessoas com Deficiência.

O Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência que se estenderá às províncias e aos municípios, já elaborou o Plano Nacional de Acções Integradas. Isto é muito positivo. Esperamos agora pela criação do Secretariado Executivo para se partir para as acções práticas no sentido de uma maior e melhor intervenção do Executivo em prol da inclusão social das pessoas com deficiência.

Foi muito positivo também a aprovação pela Assembleia Nacional do Projecto de Adesão à Convenção das Nações Unidas para os Direitos das Pessoas com Deficiência, cuja assinatura e ratificação pelo Estado de Angola esperamos seja breve.

Quanto à aprovação da Lei de Base que foi Ante – Projecto da 7ª Comissão Parlamentar durante cerca de dez anos, ficámos a saber através da comunicação social que ela foi aprovada apenas na sua generalidade mas até agora não sabemos o que foi finalmente discutido e aprovado por não termos tido acesso à sua última versão. Aguardamos pela sua divulgação já há cerca de quatro meses.

Finalmente, Minhas Senhoras e Meus Senhores, permitam-me que em nome das Redes das Organizações de Pessoas com Deficiência das províncias de Benguela, Huambo, Huíla e Namibe, reafirme a nossa disposição de continuar a assumir o papel de parceiros sociais do Executivo sempre na linha da frente pela defesa da criação de uma sociedade que valorize a diversidade e a inclusão de todos os cidadãos.

Muito Obrigado.

5.1.1. Síntese das principais discussões, comentários e conclusões

Na sua apresentação, o prelector, não só comoveu o auditório, como também despertou esta dimensão profunda de exclusão social das pessoas com deficiência. Havia mesmo quem desconhecesse a existência das Associações desta natureza e do âmbito do seu trabalho.

Durante a plenária houve mais discussão e sugestões em relação às estratégias a adoptar para minimizar a exclusão da pessoa com deficiência do que perguntas relacionadas com o conteúdo da apresentação. As poucas perguntas que foram apresentadas foram de carácter informativo, como a localização das Associações

de pessoas com deficiência em Luanda, a estratégia de trabalho destas associações, dentre outras.

Para além das barreiras arquitectónicas que são em geral exclusivos, a tónica das discussões focou-se nos serviços prisionais, onde os reclusos com deficiência são retirados os seus de compensação quando entram para as cadeias, numa flagrante violação dos direitos fundamentais do homem.

Outro aspecto que mereceu debate na plenária tem a ver como cada organização da sociedade civil representada na Conferência poderia se um activista activo na advocacia para politicas públicas que incluam claramente a questão da pessoa com deficiência.

O acesso a informação para pessoas com deficiência visual e auditiva, foi também palco de muitas discussões, aventando-se mesmo a possibilidade do uso da linguagem gestual nos canais da televisão.

Em suma, chegou-se às seguintes conclusões:

Cada organização da sociedade civil deveria incluir na sua estratégia de trabalho métodos inclusivos a pessoas com deficiência, enquanto uma salvaguarda dos Direitos Humanos.

Criar mecanismos de articulação com as Associações de pessoas com deficiências no sentido de facilitar a influência e advocacia sobre políticas públicas mais inclusivas e com reflexos em acções reais e concretas.

É necessário incentivar o interesse para o ensino e aprendizagem da linguagem gestual em Angola, de formas a facilitar não só a comunicação entre pessoas portadoras de deficiência auditiva, como também destes com todas as franjas da sociedade;

Sempre que pessoas deficientes, que se deslocam com o auxílio de prótese, muletas ou cadeira de roda, ao aceder aos centros prisionais por serem acusadas de qualquer crime lhes forem retirados estes meios, os

únicos e úteis à sua locomoção, tais actos constituem nítida e flagrante violação dos direitos humanos e, por isso, devem ser denunciados.

5.2. Tema 6: Agenda de ODM em Angola pós 2015

Este tema teve como prelector o Sr. Willy Piassa da DW, que começou por caracterizar a situação desenvolvimento no mundo e os objectivos do milénio. Por último, fez referencia a alguns dados que evidenciam a situação da pobreza em Angola e a perspectiva do alcance dos ODM. Referiu mesmo que Angola não vai atingir os ODM. Passa-se a seguir à esta exposição:

AGENDA DOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO EM ANGOLA APÓS 2015

Por: WILLY PIASSA

Conteúdo:

1. O mundo e o desenvolvimento;
2. Angola e os indicadores dos ODMs: realizações e perspectivas;
3. Alguns desafios dos ODMs para Angola pós 2015.

O Mundo e o Desenvolvimento

- O mundo nunca produziu tanta riqueza do que agora;
- A população mundial nunca cresceu tanto do que a partir do século XX;
- A desigualdade entre as pessoas nunca foi tão grande;
- A paz e o bem-estar mundial é posta em causa devido às desigualdades entre os ricos e os pobres;
- Os ODMs vieram para dar resposta aos desafios da pobreza;

INDICADORES

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome

Meta 1 a)- Diminuir pela metade entre 1990 e 2015 as pessoas que vivem com rendimentos abaixo de \$1 por dia – isso não é aplicável a Angola (Luanda).

Meta 1 b) – Alcançar empregabilidade completa e decente para todos, incluindo mulheres e crianças (Taxa de Crescimento do PIB por pessoa empregada).

Meta 1 c) – Diminuir pela metade a proporção de pessoas que sofrem de fome (Prevalência de crianças subnutridas abaixo de cinco anos).



2. Alcançar o Ensino Primário Universal

Garantir que todos os rapazes e raparigas terminem o ciclo completo do ensino primário;

Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher.

3. Reduzir a mortalidade infantil

Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de menores de cinco anos;

Melhorar a saúde materna - reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna;

4. Garantir a sustentabilidade ambiental



Reduzir para metade a percentagem da população sem acesso permanente à água potável;

Melhorar consideravelmente a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados, até 2020.

ALGUMAS REALIZAÇÕES

1. Sucessos

Tem havido maior produção de alimentos em algumas localidades do país (apesar de ameaças da seca);

Introdução de cultivos resistentes à seca;

Há maior inserção de crianças no ensino;

Tem havido maior agressividade do Estado Angolano para dar resposta a problemática dos assentamentos informais – o método não é sempre a mais recomendável;

Maior acesso à água (potável?);

Tem havido maior reconhecimento e inserção da mulher na vida política, económica e social do país;

Há um declínio nas taxas de mortalidade infantil.

PERSPECTIVAS

- Angola não irá alcançar os ODM's até ao ano de 2015;
- Deve haver maior parceria entre o governo e a sociedade civil – reforçar as parcerias público-privadas;
- A população angolana irá continuar a crescer e a distribuição das riquezas e o combate às assimetrias serão o maior desafio;
- As questões ambientais serão cada vez mais desafiantes;
- Deve regular-se a questão do acesso à terra para auto construção – não há mecanismos formais/legais de venda de terrenos;
- Os membros activos da SC devem ser mais activos na produção de mais pessoas altruístas que pensem no colectivo ao invés do individual;
- Precisamos de encorajar mais o contraditório – não há crescimento quando todos pensam e agem da mesma forma;
- SC deve ser persistente;
- Somos todos responsáveis para o futuro e a paz que queremos para Angola.

“Não queremos que a paz seja a preparação para uma nova guerra”

Depois dessa apresentação que esteve concentrada principalmente na análise da situação actual dos ODM, foi dada a oportunidade para a UNICEF apresentar alguns indicadores de progresso e ou da situação da criança em Angola, numa perspectiva dos objectivos de desenvolvimento do milénio.

(alguém tem esta apresentação para incluir?)

A discussão em plenária esteve principalmente voltada para a procura de alternativas que permitam juntar sinergias para que o nível de alcance dos objectivos do milénio seja, pelo menos, minimizado. A ênfase foi dada a necessidade de fortalecimento das parcerias público-privadas, para que se possa melhorar em tempo útil a situação dos ODM em Angola.

Outro aspecto de destaque durante as discussões, refere-se às assimetrias de desenvolvimento entre o meio rural e o urbano ou ainda este último com o peri-urbano. O quadro destas assimetrias foi considerado pelos conferencistas de ser uma *"aproximação latente do fogo à pólvora"*, como refere a última passagem da apresentação do prelector: *"Não queremos que a paz seja a preparação para uma nova guerra"*.

Em termos de conclusão destacou-se:

As Organizações da Sociedade Civil devem aproveitar a oportunidade oferecida pelas NU e seus parceiros na construção de uma agenda inclusiva sobre os Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para o período pós 2015, cuja consulta alargada deve prosseguir através de encontros regionais com todos sectores de interesse;

É importante que se incremente, em Angola, maior dinâmica no reforço das parcerias públicas e privadas, com maior inclusão das instituições

da sociedade civil, com vista a aceleração do alcance dos objectivos para o desenvolvimento do milénio;

Foi considerado grave o facto de muitos dos grupos considerados desfavorecidos não terem sido considerados nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio cujas metas devem ser alcançados até 2014;

A desigualdade é uma causa dissimilada para possíveis conflitos. Se queremos uma sociedade angolana inclusiva temos de lutar contra ela;

Com a conclusão deste tema, caiu ao pano das discussões dos principais temas da Conferência.

6. Painel IV – Preparação da VII CNSC

A preparação da VII Conferência Nacional da Sociedade Civil compreendeu dois momentos distintos: **a)** a apresentação da proposta do regulamento sobre os órgãos de gestão do processo; **b)** a eleição e tomada de posse do Grupo de Coordenação da VII CNSC.

6.1. Apresentação da proposta do regulamento sobre os órgãos de gestão do processo.

Fruto das experiências vividas pelo Grupo de Coordenação da VI CNSC em termos de lacunas ou vazios em termos de legitimidade de determinados procedimentos e ou posicionamentos, este trabalhou numa proposta de regulamento dos órgãos de gestão das CSC para a sua discussão e aprovação neste magno evento.

A apresentação desta proposta de regulamento foi feita pela Sr^a. Mariana Soma – Directora da Antena da ADRA na Huíla, na qualidade de membro do Grupo de Coordenação da VI CNSC (ver anexo).

Apresentada que foi a proposta, a plenária decidiu que não havia condições para a sua prévia discussão e aprovação, na medida em que o documento não circulou com a devida antecedência e não fazia parte dos documentos principais da Conferência, de modos a permitir uma leitura antecipada do documento. Deste modo, decidiu-se que este documento (ante-projecto de regulamento) deverá ser distribuído no formato digital à todas as coordenações provinciais e municipais, onde existirem, na expectativa de se obter um documento consumado, aprovado e validado na VII Conferência Nacional da Sociedade Civil Angolana prevista para o ano dois mil e treze;

Ainda na senda da preparação da VII Conferência, os participantes discutiram o papel do Grupo de Assistência Técnica às Conferências e decidiu-se, em função da necessidade de adoptar as estruturas de governação do processo num sistema com maior eficiência e assegurar o seu desenvolvimento contínuo, elevar este grupo (GATC) à categoria de um Secretariado Permanente (SP) cujos TdR devem constar na proposta de Regulamento da Conferência a ser aprovada.

6.2. Eleição e tomada de posse do Grupo de Coordenação da VII CNSC.

Para o efeito, foi constituída uma Comissão Eleitora que se encarregou de conduzir o processo eleitoral, de acordo com os procedimentos universalmente aceites sobre esta matéria. A Comissão teve um encontro sucinto para preparar o processo, ao que se seguiu a apresentação das regras para o processo eleitoral e depois a devida eleição do Grupo de Coordenação da VII CNSC.

Os resultados foram, por unanimidade, a favor da província do Zaire, na qualidade de candidato único. No momento seguinte, foi dada a oportunidade dos representantes da província do Zaire de falar sobre as potencialidades da província, em termos culturais, turístico e gastronómico para acolher a próxima conferência.

Momentos depois surgiu o momento mais alto do Grupo de Coordenação da VI CNSC: cessar o seu mandato depois de uma árdua batalha e passar o testemunho à nova Coordenação. Depois da entrega das pastas, a nova Coordenação tomou a presidência para dirigir a parte final do evento. Mas antes, procedeu-se a discussão e aprovação das conclusões e das recomendações finais do evento.

7. Conclusões e recomendações

Nos dias doze e treze de Dezembro de dois mil e doze, o anfiteatro do Instituto Médio Politécnico da Humpata foi palco da plenária da Sexta Conferência Nacional da Sociedade Civil Angolana.

O evento contou com a participação de cento e dezasseis delegados, representantes das províncias de Benguela, Huambo, Luanda, Uige, Namibe, Huila, Kwanza-Sul, Kunene e Zaire, do qual foram produzidas as seguintes conclusões e recomendações:

7.1. Conclusões

1. A Sociedade Civil Angolana carece de maior organização, redefinição dos objectivos e revitalização das motivações colectivas e institucionais com vista a evidenciar um diálogo constante e frutífero com todos os órgãos do estado;
2. O contexto revela factos de graves fragilidades no diálogo ao nível de todos os sectores úteis à vida da nação angolana, desde as estruturas familiares, o concúbito comunitário, até a relação entre governantes e governados;
3. Não existe inovação sem o contraditório! No entanto, para o alcance de maiores progressos sociais é importante valorizar a participação de todos os extractos da sociedade angolana, nos actos de planificação, execução e avaliação de programas públicos;
4. Os cargos de governação em Angola e a integração dos actores da sociedade civil nos CACS são competências atribuídas por linhas de afinidade sem a grande atenção à competência profissional;

5. Existe fraca consulta aos beneficiários das políticas públicas e programas públicos durante os actos de concepção dos mesmos;
6. A obtenção do estatuto de entidade de utilidade pública por parte das organizações da sociedade civil tanto pode ter implicações positivas, como também negativas;
7. Não é relevante em Angola o interesse para o ensino e aprendizagem da linguagem gestual, de formas a facilitar não só a comunicação entre pessoas portadoras de deficiência auditiva, como também destes com todas as franjas da sociedade;
8. Sempre que pessoas deficientes, que se deslocam com o auxílio de prótese, muletas ou cadeira de roda, ao aceder aos centros prisionais por serem acusadas de qualquer crime lhes forem retirados estes meios, os únicos e uteis à sua locomoção, tais actos constituem nítida e flagrante violação dos direitos humanos;
9. É importante que se incremente, em Angola, maior dinâmica no reforço das parcerias públicas e privadas, com maior inclusão das instituições da sociedade civil, com vista a aceleração do alcance dos objectivos para o desenvolvimento do milénio;
10. A desigualdade é uma causa dissimilada para possíveis conflitos. Se queremos uma sociedade angolana inclusiva temos de lutar contra ela;
11. Foi considerado grave o facto de muitos dos grupos considerados desfavorecidos não terem sido considerados nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio cujas metas devem ser alcançados até 2014;

12. O apoio moral e material das estruturas locais do governo da província jogaram um papel importante na realização da plenária da VI Conferência;
13. Em função das dificuldades encontradas na mobilização de recursos financeiros para realização da plenária, para a qual apenas 1/3 (NU, World Learning, IEPALA e APN) do total de financiadores respondeu ao apelo feito, há que considerar e reconhecer o contributo das organizações locais com seus recursos.

7.2. Recomendações

1. As Organizações da Sociedade Civil devem ensaiar modelos para contribuir valiosamente na formulação do pacote legislativo conducente à realização de eleições autárquicas em Angola;
2. As plenárias das Conferências da Sociedade Civil devem produzir planos de acções concretas e exequíveis;
3. O ante projecto de regulamento interno do espaço sociedade civil deverá ser distribuído no formato digital à todas as coordenações provinciais e municipais, onde existirem, na expectativa de se obter um documento consumado, aprovado e validado na VII Conferência Nacional da Sociedade Civil Angolana prevista para o ano dois mil e treze;
4. As Organizações da Sociedade Civil devem aproveitar a oportunidade oferecido pelas NU e seus parceiros na construção de uma agenda inclusiva sobre os Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para o período pós 2015, cuja consulta alargada deve prosseguir através de encontros regionais com todos sectores de interesse;

5. Em função da necessidade de adoptar as estruturas de governação do processo em um sistema com maior eficiência e assegurar o seu desenvolvimento contínuo o Grupo de Assistência Técnica às Conferências (GATC) deve ser elevado à categoria de um secretariado permanente cujos TdR devem constar no estatuto da Conferência em aprovação;
6. Deve-se incentivar cada vez mais a participação e apoio de outros sectores que ao actual contexto são considerados instituições emergentes do sector da sociedade civil;
7. A VII Conferência Nacional será organizada pelo Grupo de Coordenação do Espaço Sociedade Civil na província do Zaire.

Por uma sociedade civil actuante, avante a nossa união!

8. Anexos

Anexo I – Sínteses dos Relatórios das Conferências Provinciais

Anexo II – Programa da Plenária

